

**ENTREVISTA**  
SÔNIA FLEURY

**“A SOCIEDADE ESTÁ SE  
APROPRIANDO DO PODER.  
TEMOS QUE REVITALIZAR A  
DEMOCRACIA”**

Luana Laux



*Pesquisadora e militante, a professora Sônia Fleury afirma ter uma visão “muito positiva” das mobilizações iniciadas em junho deste ano, desencadeadas pelo aumento das tarifas do transporte público. Para ela, as manifestações, inicialmente lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL), fizeram com que uma série de pautas políticas que não transcendiam a esquerda finalmente atingissem um público mais amplo. “Eu, por exemplo, militei a vida inteira na defesa do SUS [Sistema Único de Saúde] e essa agenda estava completamente abandonada pela sociedade, cada um procurando seu plano de saúde — e agora ela voltou com vigor!”*

*Para Sônia, a raiz das mobilizações está no modelo de democracia participativa vigente no Brasil, “mobilizador e centralizador ao mesmo tempo”. Isto é, ainda que haja numerosos espaços de participação e controle social, as decisões ocorrem em outros âmbitos, envolvendo apenas governantes e empresários, e se voltam, sobretudo, à privatização da coisa pública. Ainda segundo ela, alguns problemas trazidos à tona pelas manifestações, como a violência institucional, já eram evidentes para pesquisadores que vêm acompanhando os processos de “pacificação” de favelas. “Agora as pessoas estão se dando conta, com a questão do Amarildo [de Souza, trabalhador carioca presumivelmente assassinado por policiais militares], mas a violência policial é cotidiana e a questão social foi transformada em uma questão policial.”*

*Sônia é professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV), onde coordena o Programa de Estudos sobre a Esfera Pública. Teoria da democracia, democracia deliberativa, teoria da cidadania e construção de sujeitos políticos, gestão descentralizada e reforma do Estado, redes de políticas e inovação social são alguns de seus interesses de pesquisa.*

*Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sônia desenvolveu mestrado em Sociologia e doutorado em Ciência Política, ambos no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). Em 1995, aposentou-se como professora titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde fundou o Núcleo de Estudos Político-Sociais em Saúde (Nupes). Atuando em instituições como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Sônia teve participação destacada na luta pela democratização, sobretudo na formulação do projeto da Reforma Sanitária Brasileira, que resultou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Contribuiu para a elaboração do capítulo sobre a Seguridade Social da Constituição Federal de 1988, como consultora da Assembleia Nacional Constituinte. Já no governo Lula, foi nomeada para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e também foi membro da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS).*

*“Há uma consciência muito grande das pessoas, de que são cidadãos, de que têm direitos, e isso é fruto da democracia”, acredita Sônia, para quem as manifestações foram positivas e acumularam em direção a avanços democráticos.*

*A entrevista foi concedida a **Daniela Alarcon**.*

**Revista Adusp.** No final de junho, avaliando a mobilização detonada pelo aumento das tarifas do transporte público, o filósofo Paulo Arantes comentou: “Pelo tênue fio da tarifa é todo o sistema que desaba, do valor da força de trabalho a caminho de seu local de exploração à violência da cidade segregada rumo ao colapso ecológico. Simples assim, por isso, fatal, se alcançar seu destinatário na hora social certa, como parece estar ocorrendo agora”. A senhora concorda com essa reflexão?

**SÔNIA FLEURY.** Eu penso que a questão urbana foi completamente abandonada, até mesmo por nós, da esquerda, que estávamos muito setorializados. As grandes lutas continuam, mas a população vive isso [as pautas específicas] como uma questão urbana. Talvez tenhamos descurado muito de que, da Constituição de 1988 para cá, muitas coisas não funcionaram, especialmente a qualidade de vida urbana, que foi se deteriorando enormemente. E o transporte tem se transformado num problema crucial. Para além da moradia, do saneamento, que são questões que a população sofre também, o cotidiano de tentar se transportar na cidade é um cotidiano violento, que tem esse caráter de englobar toda a sociedade. Claro que a situação das pessoas que gastam três horas [em seus deslocamentos diários] não é a mesma do pessoal que se movimenta na zona sul da cidade [do Rio de Janeiro]. Mas o transporte tem se transformado

em uma ameaça ao meio ambiente, em um transtorno para a vida de todo mundo. Foi uma questão que conseguiu juntar diferentes demandas num dado momento e foi um estopim. Mas, de qualquer jeito, há muitas outras questões vinculadas. De alguma forma, trabalhar nas favelas, nos processos de pacificação, nos permitia ver que o estopim estava para ser acionado a qualquer momento. O que está em questão é a violência institucional, é o Estado como uma mão violenta constantemente contra a população mais pobre — e isso a gente via com muita nitidez. Agora as pessoas estão se dando conta, com a questão do Amarildo, mas a violência policial é cotidiana e a questão social foi transformada em uma questão policial. Acho que essa transmutação do social em problema coercitivo, de violência e de segurança, é um problema da política pública e do Estado que precisa ser revertido.

**Revista Adusp.** A violência policial nas manifestações tem sido amplamente documentada. Ocorreram numerosas prisões arbitrárias, um fotógrafo e uma manifestante perderam a visão, pessoas morreram vítimas de armas ditas “menos letais” e, no Complexo da Maré, dez pessoas foram assassinadas pelo BOPE em poucas horas. Depois, ocorreu o caso Amarildo, com significativa repercussão, indicando eventualmente que setores mais amplos da população vêm alterando sua percepção acerca da violência policial. Ou se trataria apenas de um “espasmo” de indignação?



Protesto contra aumento das tarifas de ônibus leva milhares

*“Você tem um primado dos órgãos coercitivos, articulando todo o social. Nas favelas o direito está entre aspas, você tem regimes de exceção em termos de direitos de se reunir, de manifestações culturais. Esse poder discricionário que foi dado à Polícia na favela se mostrou sem nenhum pudor nas manifestações”*

**SÔNIA.** Essa questão, que é um resquício do Estado ditatorial, estava cada vez mais se transformando no eixo das políticas públicas. Em fevereiro, eu escrevi um artigo chamado “Do welfare ao warfare state”, publicado no *Le Monde Diplomatique*,





Ramiro Furtum/Sul21

às ruas de Porto Alegre

que já mostrava isso: que havia uma transmutação do social. Primeiro, no final dos anos 1980, nós entendíamos social como primado dos direitos; depois, nos anos 1990, passou a ser o combate à pobreza; e, agora, virou uma questão de segurança. E isso não é pouca coisa: aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, o secretário de assistência social é um delegado, a saúde está ligada aos bombeiros. Você tem um primado não mais do direito, mas dos órgãos coercitivos, articulando todo o social. Isso depois dessa fase anterior, de transformar direitos em necessidades, em combater pobreza, e transformar a inserção [social] em uma inserção através do consumo, do mercado, e não através de uma comunidade de cidadãos. Isso não poderia dar certo, porque o mercado não unifica, não coesiona a sociedade.

Essa ideia de que nós vamos inserir todo mundo dentro do Bolsa Família, e vamos inserir todo mundo consumindo, pode construir mercado, mas não constrói sociedade. A gente que está pesquisando já estava vendo esse problema. Via com mui-



Luana Laux

to mais dramaticidade nas favelas, onde o direito estava entre aspas, onde você tem regimes de exceção em termos de direitos de se reunir, de manifestações culturais. Esse poder discricionário que foi dado à Polícia na favela se mostrou sem nenhum pudor nas manifestações, e as pessoas descobriram: “Olha, isso é um problema”. Quando antes você levantava essas questões de desaparecimento de pessoas, da violência da polícia, todo mundo perguntava: “E o que você quer, então, que volte o domínio do tráfico?”. Como se só existisse o domínio da coerção, de um lado ou de outro, e não fosse possível existir uma sociedade civilizada fora da barbárie, onde nós nos coesionássemos de acordo com certos valores do direito e da cidadania.

**Revista Adusp.** De certo modo, o caso Amarildo desencadeou uma discussão — pelo menos em alguns setores da sociedade — sobre a existência de “muitos Amarildos”.

**SÔNIA.** São eventos que dramatizam certa situação social, que a gente chama de catalisadores. Veja

só: morreram dez pessoas na Maré e não ganharam a mesma repercussão. De repente, por alguma peculiaridade, a questão do Amarildo se transforma numa questão que catalisa a sociedade. Tanto que os meninos que estão nas ocupações, nas assembleias, quando perguntam o nome deles, eles dizem: “Meu sobrenome é Amarildo”. São situações que conseguem canalizar um conjunto de demandas, emoções, de uma forma dramática, e têm esse impacto importante. Embora a situação da Rocinha fosse bastante conhecida — quem está na área sabia disso, que é um tipo de comando policial completamente violento e bárbaro, e que essas coisas iriam acontecer.

**Revista Adusp.** Nesse quadro, o debate em torno das armas supostamente “menos letais” e da desmilitarização da polícia se intensificou. A senhora enxerga perspectivas para o avanço dessas pautas? A correlação de forças é favorável?

**SÔNIA.** Veja só: houve já coisa que não acontecia, houve discussões sobre isso, até na grande mídia. A tentativa de criar um sistema unificado de polícias, quando Tarso [Genro] foi ministro da Justiça, não funcionou. E não funcionou porque eles pegaram o modelo do SUS e usaram só metade dele. Na verdade, o SUS pensava em unificar e descentralizar, mas, ao mesmo tempo, em ter a participação da sociedade, para fazer o controle daquele processo, senão o bonde não anda. No SUS, em muitos momentos houve tentativa de retroagir e a sociedade empurrou. Eu acho que no modelo do SUSP, o Sistema Unificado de Segurança Pública, que foi tentado nesse momento, faltou

esse pé. Talvez a população estivesse muito distante da questão da segurança, e agora descobriu que ela diz respeito a todo mundo. Mas não sei se há uma correlação de forças suficiente para fazer mudanças estruturantes. Mudanças perfunctórias ou até mudanças reformistas interessantes vão acontecer, já estão acontecendo. Agora, mudança estrutural, acabar com uma Polícia que age como se o outro fosse seu inimigo, cujo modelo de pensar é de combate... Se a moçada do *funk* não admite que não tenha baile, são considerados inimigos. Eles não são inimigos: eles são uma resistência. Não sei se nós conseguiríamos fazer alguma coisa que mude o eixo. Que vai mudar, vai, mas não sei até onde.

*“Criamos um modelo de democracia, em 1988, com um formato deliberativo e participativo de controle da sociedade sobre o Estado.*

*Ao mesmo tempo, o poder de decisão estava muito longe desses espaços participativos.*

*A questão dos megaeventos mostrava claramente que o processo decisório, de definir prioridades, aonde vão os recursos, estava se passando entre governo e empresários”*

Fotos: Daniel Garcia



*“Nacionalistas” e outros manifestantes hostilizam partidos e grupos de esquerda em SP*

**Revista Adusp.** Gostaria de ouvir sua análise sobre os megaeventos. Setores da esquerda, como aqueles reunidos nos comitês da Copa e das Olimpíadas, já vinham discutindo as remoções, os ataques ao patrimônio e as decisões arbitrárias. Mas, no contexto das mobilizações, o debate se expandiu. No Rio de Janeiro houve inclusive protestos na Copa das Confederações, em contraste com a receptividade popular quando do anúncio de que esses e outros megaeventos ocorreriam no Brasil.

**SÔNIA.** O que eu tenho falado sempre nos meus artigos é que houve uma espetacularização, do ponto de vista do governo, do “Brasil que deu certo”. Normalmente, é assim: na África do Sul, [a realização da Copa do Mundo] foi uma forma de mostrar o país que saiu do *Apartheid*; no Brasil, de mostrar um país que saiu da maior desigualdade, que está dando certo, que está sendo capaz de criar uma classe média. E aqui, a questão de ser futebol tem um impacto: você mexe com aquilo que toca a brasilidade das pessoas. Mas, de repente,

era uma coisa externa a elas, eram a FIFA [Federação Internacional de Futebol] e o governo decidindo, e mais ninguém sabia se ia poder frequentar [os estádios], quem vai ficar sendo dono da bola. Essas questões foram importantes, fizeram a coisa eclodir. Mas tem que entender que — como você lembrou, ao falar nos comitês — há toda uma sociedade trabalhando como formiguinha nesse sentido, discutindo essas questões, mas que não conseguia transcender, chegar ao grande público. Chegou através das manifestações.

O que está por trás de tudo isso, na minha análise, é o seguinte. Criamos um modelo de democracia, em 1988, com todo um formato deliberativo e participativo de controle da sociedade sobre o Estado. E continuamos ativando isso o tempo inteiro — foram realizadas muito mais conferências do que sempre no governo Lula, nos últimos anos. Ao mesmo tempo, o poder de decisão estava muito longe desses espaços participativos, cada vez mais longe. A questão dos megaeventos mostrava muito



Luana Laux



claramente que o processo decisório, de definir quais são as prioridades, para onde vão os recursos, estava se passando entre governo e empresários. Esse *gap*, essa contradição tinha que, num dado momento, estourar, emergir. Porque, se fosse só um modelo de decisão fechado, empresarial (a cidade mercadoria, que nós vamos vender), e de repressão total, esses modelos combinam. Agora, é um modelo de ativação por um lado e, por outro, de centralização e concentração do poder. Com interesses muito claros de privatização da coisa pública, com interesses de mercado, que têm muito a ver com as campanhas eleitorais, com a ausência de reforma política, de financiamento público [das campanhas eleitorais]. É um somatório de coisas e de uma sociedade que não estava desativada. Isso de que “o gigante acordou” não é verdade, porque as pessoas estavam ativas. Estavam participando, mas infelizes e insatisfeitas, porque o poder, como dizia Foucault, circula, e ali onde eram os espaços participativos o poder não estava. Mas

esses espaços servem para as pessoas se construírem como sujeitos, construírem vínculos e pensarem juntas. Esse modelo não era desmobilizador como o da Ditadura: ele era mobilizador e centralizador ao mesmo tempo. Isso tinha que dar errado em algum momento.

**Revista Adusp.** Considerando que o Brasil vive, nas últimas décadas, uma polarização eleitoral entre PT e PSDB e que, no contexto das mobilizações, ambos os partidos sofreram desgastes, seria possível prever alterações no cenário das próximas eleições?

**SÔNIA.** A primeira coisa importante é que essa crítica contundente que a sociedade fez foi para todo mundo, pelo exercício do poder. E os partidos vão ter que ouvir isso, vão ter que repensar qual a relação que vão ter com as bases, se é que querem ter relações com base. Então, acho que esse recado foi importante e isso tende a alterar as dinâmicas partidárias que estavam cada dia mais isoladas de um trabalho de base, dos movimentos sociais. Houve tentativa dos movimentos de preservar lideranças

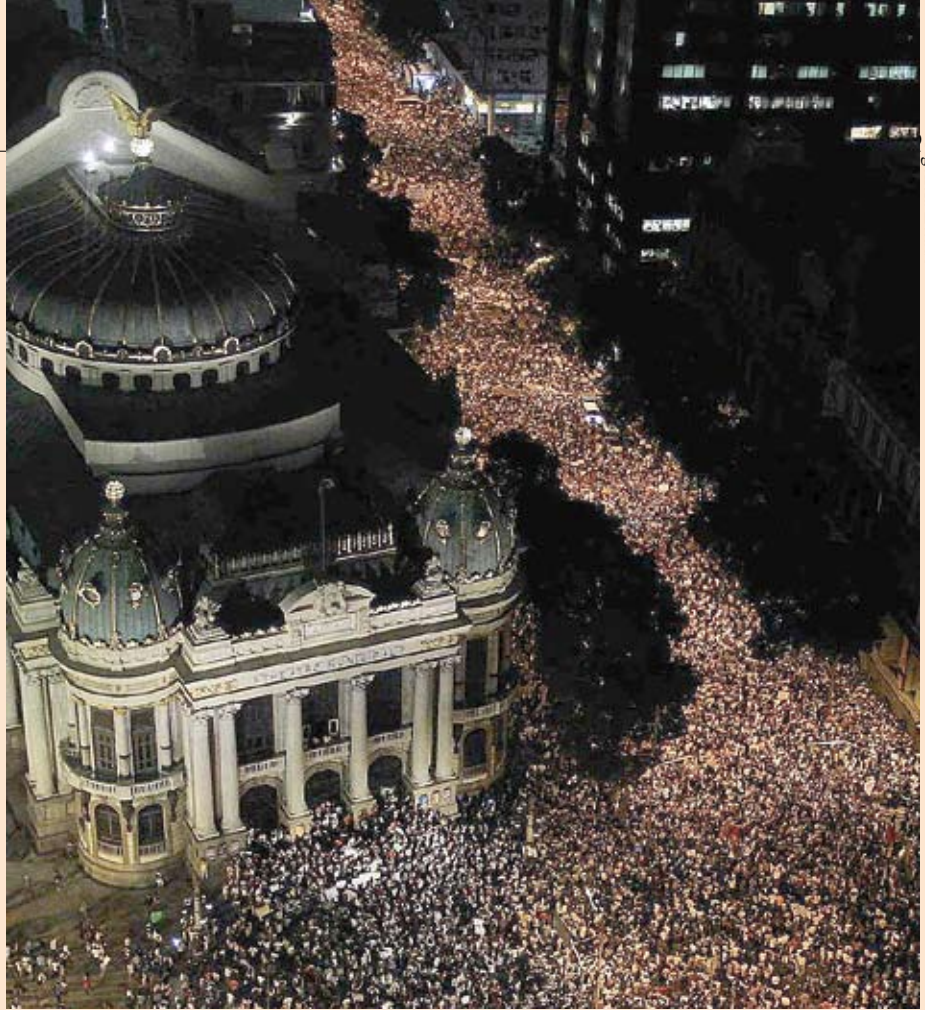
que eram oriundas dos movimentos, mas estava difícil preservar, porque houve um distanciamento absoluto e acho que isso vai ter consequências. Não dá para prever coisas assim, mas o aparecimento de lideranças extemporâneas, como [Fernando] Collor ou ministro do Supremo [Tribunal Federal] e tudo mais são as piores soluções possíveis, porque elas não buscam resolver os problemas, buscam um salvador da pátria, que fosse nos redimir sem mudar o sistema. Não é isso que está faltando: precisamos de uma reestruturação de todo o sistema político. Então, o que eu espero, mais que o reflexo eleitoral, é o reflexo na possível transformação do sistema político; a institucionalidade democrática é que precisa ser restaurada. É isso que deveria mudar para as eleições.

*“O fato de estarmos caminhando quase para o pleno emprego é um efeito do lulismo, que mobilizou a população e gerou demandas. FHC foi desmobilizador. Lula tem as desvantagens de ter atrelado os grandes atores tradicionais à sua própria agenda de governabilidade, mas fez emergir outros atores e não os reprimiu, deixou que se mobilizassem”*

**Revista Adusp.** Aparentemente, sindicatos e outros movimentos sociais que tradicionalmente protagonizavam manifestações não tiveram papel tão destacado nas manifestações de junho. Isso indicaria que esses atores estão perdendo a importância política?

**SÔNIA.** Alguns deles ficaram extremamente atrelados ao governo e, com isso, se distanciaram das demandas mais contundentes da sociedade. Na verdade, essas demandas — por exemplo, por transporte melhor — são demandas de toda a população, mas particularmente dos setores informais, das pessoas que não estão nos sindicatos. Não são as demandas corporativas dos sindicatos, que têm melhores condições de habitação, de transporte. Mas, além disso, eles não tiveram a capacidade de encampar demandas para além das demandas corporativas. Defendem o SUS e tudo mais, mas têm seus próprios planos de saúde. Eles não conseguiram ampliar a agenda para abarcar os trabalhadores informais. E a estrutura do governo também não foi capaz de mudar isso. Temos um Ministério do Trabalho que, mesmo nestes últimos governos, não foi capaz de ter o trabalhador informal como parte — ele é o ministério do trabalho formal, de Getúlio Vargas até hoje. Então, não houve uma modernização, nem no governo, nem nos atores tradicionais, para além das suas agendas muito pequenas.

**Revista Adusp.** O professor Vladimir Safatle caracterizou os protestos dos trabalhadores da usina de Jirau como um “ensaio geral para as manifestações de junho”, conectando-as também à multiplicação das greves observada nos últimos anos.



Agência Estado

*Manifestação no Rio de Janeiro contra reajuste da passagem de ônibus e gastos com a Copa*

Todos esses processos seriam decorrentes, segundo ele, da “consciência de que o processo de ascensão social produzido pelo lulismo esgotou”. O professor Giuseppe Cocco avaliou as manifestações como “melhor produto do lulismo” e ao mesmo tempo “o movimento que decretou o fim do lulismo”. Na sua avaliação, essas conexões procedem?

**SÔNIA.** Esse tipo de manifestação grevista, que vinha ocorrendo em setores como a construção civil — que não são os setores mais organizados, ao contrário — mostrava uma realidade do país: que havia crescimento. As pessoas fazem greve quando a situação está ruim, mas não quando está péssima, porque as pessoas perdem o emprego e aí ficam com medo. Então, o fato de nós estarmos caminhando quase para o

pleno emprego é claro que é um efeito do lulismo, do tipo de desenvolvimento que mobilizou essa população — seja através das transferências [de renda], seja através de empregos — e que gerou expectativas e demandas de que o modelo não estava dando conta. Porque é um modelo que tem um compromisso com os banqueiros, com a estabilização da moeda, tem milhões de compromissos que fazem com que a redistribuição não seja de acordo com as expectativas desses novos atores. É claro que isso tem a ver com o contexto de mobilização que esse governo promoveu, porque o governo do Fernando Henrique [Cardoso] foi um governo desmobilizador, que tratava greves, como a da Petrobras, como caso de polícia. O governo Lula tem as desvantagens de ter atrelado os grandes atores



Luana Laux



tradicionais à sua própria agenda de governabilidade, mas fez emergir outros atores e não os reprimiu, deixou que se mobilizassem. Então tem a ver com o lulismo, sim. Mas não sei se esgota o modelo, porque o próprio lulismo não existe sem o Lula.

Ninguém sabe como seriam essas manifestações, esse processo, com o Lula como governante. Agora, há setores muito perdedores nesse modelo, que não foram os da construção civil: são os indígenas, os movimentos ecológicos. Tem-se privilegiado um tipo de modelo de desenvolvimento no qual atores como o agronegócio passaram a ter um poder desmesurado — quem poderia imaginar a presença tão forte da Kátia Abreu no cenário político nacional? Um modelo que parecia ser hegemônico, que poderia beneficiar toda a sociedade, mostrou que não é verdadeiro, que se você beneficia a indústria automobilística para vender carro, você prejudica o transporte público. Nesse sentido, sim, é um limite ao modelo lulista de desenvolvimento. Mas não sei quanto ao lulismo.

*“A Globo fez uma cobertura de 7 horas seguidas, dizendo que as manifestações eram pacíficas e mostrando só imagens violentíssimas. No dia seguinte, jogou no caos, jogou na desordem, pedindo ordem. Só que não tem ninguém a fim de dar golpe ultimamente. Então, teve que recuar, teve que dar explicações. É preciso, a partir disso, fortalecer a agenda do controle social da mídia”*

**Revista Adusp.** Muitos dos que saíram às ruas foram enfáticos em suas críticas à grande mídia. Um apresentador de televisão “mudou de opinião” ao vivo, pressionado pelos espectadores. Uma celebridade “global”, Arnaldo Jabor, teve de pedir desculpas pelo comentário da véspera. A pauta da democratização da comunicação saiu fortalecida ou os grandes meios já se recuperaram dos “arranhões”?

**SÔNIA.** “Arranhou” no sentido de que eles tiveram que, pela primeira vez, prestar contas. A Globo fez uma cobertura de sete horas seguidas da manifestação, sem entrar nenhum comercial, foi impactante, dizendo que as manifestações eram pacíficas e mostrando só imagens violentíssimas, que é o que grava nas pessoas. E, no dia seguinte, o [tele]

jornal passou a primeira parte inteira dizendo: “É o caos”. Jogou no caos, jogou na desordem, pedindo ordem. Só que não tem ninguém a fim de dar golpe ultimamente. Então, teve que recuar: ouvir outras pessoas, dizer “nós estamos cobrindo, sim”, teve que dar explicações. Isso é uma grande mudança? Não. É preciso, a partir disso, fortalecer a agenda que vinha sendo construída pelo Franklin [Martins], que é do controle social da mídia. Houve muita manifestação contrária à mídia, mas essa agenda não foi ainda incorporada pela sociedade. Esse movimento que já vinha do Interozes, de vários outros atores mobilizados, governo e movimentos sociais, numa tentativa de somar forças para ter algum controle da mídia, sempre era exorcizado, como sendo chavismo, censura e tal. Agora, há um potencial muito grande de forças da sociedade para ativar essa agenda reguladora do governo. O clima pré-eleitoral não ajuda, porque nenhum candidato vai querer se meter com isso. Mas certamente essa agenda vai voltar para o governante, qualquer um que seja eleito. Ela vai ser abafada agora pelo clima eleitoral, mas que ela está posta, está posta.

**Revista Adusp.** As redes sociais foram amplamente empregadas para convocar manifestações e difundir informações, inclusive coberturas dos protestos em tempo real. A senhora entende que esses espaços estão se firmando como alternativas de fato à comunicação hegemônica ou eles apresentam muitas limitações?

**SÔNIA.** Eles mostraram grande eficácia para efeito de manifestações, para dar uma versão distinta da história oficial que é construída pela gran-



de mídia. Isso foi fantástico: agora se mostrou que existem varias versões possíveis e que a grande mídia não é a dona da verdade. E tiveram que aceitar isso, tiveram que entrevistar os meninos da [Mídia] Ninja, ouvir aquelas coisas. Eles viraram um fato social, criticando a mídia, fazendo uma mídia diferente. Mas acho que não resolve o problema. Nós precisamos ter capacidade de regular a grande mídia, que é a que chega, no “Jornal Nacional”, como *diário oficial* na casa das pessoas todo dia. Monopólio, as inserções de propaganda como se não fossem propaganda, nós perdemos o controle totalmente. É um momento favorável para reunir a sociedade. Agora, vai depender da força da sociedade, mas também de quem vai ser o governo, em que medida isso entra na agenda dele. No primeiro ano [de governo], essa é uma coisa para se exigir.

**Revista Adusp.** Sobretudo após a revogação do aumento da tarifa, emergiram nas manifestações indivíduos e grupos organizados de direita e extrema-direita. Muitos deles atacaram não apenas militantes de partidos políticos, mas também de sindicatos e outras organizações de esquerda, inclusive arrancando suas bandeiras.

**SÔNIA.** Eu escrevi um artigo sobre violência e democracia [“Manifestações e vandalismo desafiam a democracia”, publicado pela Fundação Heinrich Böll] comentando o seguinte: num dado momento, houve uma confluência até sinérgica entre manifestantes de uma forma geral e aqueles que, por várias razões, se engajam num tipo de manifestação violenta, que não são todos iguais, não são todos idênticos. Você tem,

por exemplo, setores do *Black Bloc*, que têm uma estética própria, uma maneira de lidar com os conflitos que é de enfrentá-los de uma forma vigorosa e violenta. Mas você tinha ali também um lúmpen, meio ligado a bandidos, que não está fora do círculo político: essas pessoas em geral são contratadas pelas campanhas políticas para estar lá mobilizadas, para dar porrada, isso faz parte do nosso sistema político. E tinha também os neonazistas, cuja forma de lidar com as diferenças é matar o que é diferente, eliminá-lo. Veja só, são coisas muito diferenciadas que estavam em jogo ali. No entanto, elas alcançaram dar uma visibilidade muito grande às manifestações — as manifestações teriam sido uma coisa sem a violência e outra com a violência. A imprensa é que ficou tentando diferenciar os “vândalos” dos “bonzinhos”, mas, na verdade, essa violência fez parte intrínseca das manifestações, mesmo para as pessoas que não eram violentas. Agora, quando começa a chamar a atenção só para a violência, a agenda social das manifestações vai perdendo o sentido. Não se fala nela, não se organiza em torno dela. E aí é um risco: invalidar uma agenda positiva que a sociedade estava construindo, que ainda está construindo.

Por exemplo, as pessoas não tinham a menor noção sobre as concessões dos ônibus, elas queriam só passe livre ou redução da tarifa. Hoje, as pessoas estão mobilizadas em torno de uma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] que elas sequer sabiam que estava sendo tentada. Isso é uma apropriação de conhecimento pela sociedade, maravilhosa, que há muitos anos não se fazia — desde a

construção da Assembleia Nacional Constituinte, que, para mim, foi um marco de construção coletiva de uma agenda. Agora, pela primeira vez, a sociedade está se apropriando do poder. Houve uma enorme construção coletiva de subjetividade, de outras formas de organização, de outra gramática. As pessoas gostavam de estar ali. Alguém escreveu até: havia uma potência muito grande, na libido, no fato de estar junto. E isso é construção de poder — o poder passa pela constituição de sujeitos coletivos e passa pelo conhecimento.

*“A esquerda tem que defender princípios democráticos de exercício do poder. A gente tem de rever o modelo de participação, porque toda a institucionalidade democrática não dá conta das prioridades da população. Isso não é democracia; pode ter eleição, mas democracia não é. Temos que revitalizar a democracia”*

**Revista Adusp.** O fato de a política ter se tornado, nos últimos meses, um tema presente no cotidiano de grande parte da população aponta para um processo mais perene de politização da sociedade ou é um fenômeno que deve arrefecer?

**SÔNIA.** As pessoas estão conhecendo muito mais sobre o exercício do



poder, construindo relações de poder: isso é democracia. O que uma pessoa poderia querer mais? Que isso fosse canalizado, organizado para uma transformação, que não ficasse só na rua, que chegasse às instituições. Esse pulo, que normalmente era feito só pelos partidos e representações, é que é a grande incógnita, na medida em que as ruas não têm imediatamente um canal, a não ser que elas fiquem o tempo todo ocupadas. Essa é a questão que fica pendente. É claro que os governantes estão sensíveis, que eles precisam ser eleitos, que eles vão ouvir a voz das ruas e responder. Mas as ruas construíram um poder e a gente precisa saber como ele vai ser exercido a partir de agora. Porque só canalizar e o governante responder como quiser, não é isso que esse movimento quer. Foi uma construção coletiva de poder, é preciso pensar as formas de exercício desse poder. Não é um poder paralelo, o tempo todo ele esteve direcionado para o Estado, ele não se construiu anti-Estado. Ele se dirigiu com uma agenda pública muito consistente: o SUS de qualidade, a educação “padrão FIFA”, a redução

[das tarifas] do transporte, a CPI. Isso é uma agenda de política pública fantástica. Quem não vê nisso uma forma de fazer política... Foi bastante diferente de outras manifestações, em outros países, que não chegaram a essa construção tão rápida de uma agenda pública. Mesmo na Itália, onde houve eleição de pessoas que estavam contra o sistema, não vingou, porque não se construiu uma agenda, se construiu [apenas] uma agenda de contestação. Aqui não: ela foi muito positiva, o tempo todo interpelando muito claramente: “Eu quero isso, eu quero aquilo”. Eu tenho uma visão muito positiva. Eu, por exemplo, militei a vida inteira na defesa do SUS e essa agenda do SUS estava completamente abandonada pela sociedade, cada um procurando seu plano de saúde, e agora ela voltou com um vigor! Pode ser que o encaminhamento que o governo esteja dando seja parcial, não seja o que a gente quer, mas o SUS voltou à agenda pública, construída pela sociedade. A educação também. Isso reforça movimento, ao contrário do que se pensa — olha aí a manifestação tradicional dos professores do Rio de

Janeiro, ela é beneficiária desse clima de manifestações, senão poderia ser uma coisa muito menor.

**Revista Adusp.** Na sua análise, então, nós acumulamos com esse processo.

**SÔNIA.** Seguramente. E como acumulamos!

**Revista Adusp.** Que lições esses episódios deixam? Quais as tarefas da esquerda para o próximo período, para consolidar as vitórias obtidas pelas jornadas de junho e aprofundar os processos de transformação?

**SÔNIA.** Estar onde o povo está. Minimamente, se quer ser esquerda, tem que defender princípios democráticos de exercício do poder. A gente tem que rever o modelo de participação, porque um modelo que ative participação, mas não dá poder, tende a dar esse tipo de problema. Eu vejo esse problema como uma grande solução, como uma demonstração de que é preciso ir para as ruas, porque toda a institucionalidade democrática não dá conta das prioridades, das demandas que a população tem. Isso não é democracia; pode ter eleição, mas democracia não é. Então, nós temos que revitalizar a democracia, rever todos aqueles instrumentos [de participação], porque eles certamente não são eficazes. Nós estamos engatinhando, construindo a democracia e esse foi um momento muito bom para refletir o que não estava dando muito certo. Há uma consciência muito grande das pessoas, de que são cidadãos, de que têm direitos, e isso é fruto da democracia. Nos anos 1970 e 1980, ninguém sairia na rua para reclamar direitos assim — não havia nem essa consciência, nem essa possibilidade.